

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



Caso Robinho a linha Tenua Entre a Legalidade e a Constitucionalidade

Autor(es)

Narda Roberta Da Silva

Luiz Philip Honorato Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

Nos últimos dias, o meio esportivo e jurídico foi posto na mesma página, com o caso da prisão do jogador Robinho, condenado a 9 anos de prisão pela justiça italiana por estupro coletivo, cometido contra uma jovem na cidade de Milão em 2013.

O caso repercutiu bastante na mídia nacional e internacional, pelo fato da fama conquistada pelo brasileiro ex-jogador da seleção e de grandes clubes do Brasil e da Europa.

Na última quarta feira dia 20 de março de 2024 o STJ, pelo placar de 9 a 2 resolveu acatar o pedido da justiça italiana para que o jogador cumpra pena no Brasil, e ordenou que a Justiça Federal de Santos executasse a prisão imediatamente.

Objetivo

Este resumo tem por objetivo, analisar a divergência, causada pelo caso, pois STF é STJ na aplicação de suas atribuições legais, deveram estar em discordância nesse caso, pois o STJ apenas analisou se os procedimentos da justiça italiana cumpriram todo o rito legal para a condenação do Réu.

Em Contraponto o STF deverá julgar a constitucionalidade do caso e não a materialidade da condenação.

Material e Métodos

Para uma abordagem inicial da constitucionalidade do caso foi necessário, partir do primeiro pressuposto, que foi a tentativa inicial da justiça italiana pela extradição do exatleta, está rechaçada pela justiça brasileira em ponto de concordância com o ART 100 da lei de imigração, que é bem claro, sobre a extradição que somente se dará em caso de extradição executória, que só é válida para não brasileiros natos, que não é o caso em questão.

Posteriormente a isso foi preciso debruçar sobre análises de Juristas para se entender de qual divergência o caso trata e sua não conformidade com o artigo 283 do Código de Processo Penal Lei 13964 /2019, que trata da presunção de inocência, até que o processo trâmite em julgado na Justiça Brasileira.

Resultados e Discussão

Segundo tais juristas que são contrários a decisão do STJ, baseando-se na não conformidade com a ADC 44, haja vista que no processo ainda cabe recursos no STF e embargos no próprio STJ, concluindo deste modo o não cumprimento do trânsito em julgado e a prisão, pela opinião destes inconstitucional. Pois para esses o STJ nem

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



sequer cumpriu sua atribuição legal, que no caso em questão, nem deveriam ter discutido o mérito material do caso, pois vai contra a luz da constituição, por esse modo eles consideram que o STF deverá cumprir seu papel legal de guardião da constituição e julgar improcedente a prisão, mesmo o Réu sendo culpado, como provou a justiça do país Europeu.

Por outro lado, há alguns juristas que entendem que, o STJ é sim competente para homologar a decisão daquele país e que assim o fazendo o trânsito em julgado da justiça de lá aqui se aplica, não precisando cumprir tais ritos aqui.

Conclusão

Esse caso pela sua repercussão, será importante para tratarmos de uma discussão mais aprofundada sobre casos parecidos, que possam surgir no futuro, é preciso tratar de incorporar na lei brasileira conclusões mais claras e diretas para assuntos iguais a esse, para evitarmos que as decisões sejam tomadas a luz de interpretações pessoais de Magistrados, gerando assim brechas, para condenados no exterior fugir da punição no Brasil, alegando incompatibilidade com a constituição.

Referências

CONJUR.COM.BR
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ART : 283
LEI 13445/17 ART: 100 E 102
STJ.JUS.BR
AÇÃO DECLARATORIA DE CONSTITUCIONALIDADE 44